

SOCIOLOGIA

GT 9: IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Sessão 1: Relações étnicas e raciais

**UM DRAMA NA BACIA DE CAMPOS OU CONFLITOS ENTRE SABERES
NATURALÍSTICOS E CIENTÍFICOS**

Fábio Reis Mota – UFF

fabioreis@gmail.com

Yann Almeida Belmont Paula –UFF

yann.abelmontpaula@gmail.com

A Bacia de Campos, situada na costa Norte do Estado do Rio de Janeiro, vem enfrentando nos últimos anos inúmeras transformações, devido às atividades de extração de hidrocarbonetos e com a construção do Complexo do Açú. Nesse contexto, percebe-se a presença de estruturas metropolitanas em franca expansão coexistindo com estruturas “tradicionais”, em especial, assentamentos de pescadores. Tal situação tem gerado inúmeros conflitos entre grupos que realizam atividades ligadas ao universo do petróleo e grupos que realizam atividades heliêuticas. A partir de pesquisa etnográfica realizada no assentamento de pescadores localizado no distrito de Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, identificamos alguns desses conflitos, bem como, os impactos das atividades de produção na dinâmica da pesca e no saber tradicional naturalístico dos pescadores locais. Assim, a presente pesquisa busca aprofundar a reflexão sobre a dinâmica local da pesca e da organização social e política dos pescadores diante dos impactos das atividades petrolíferas nas modalidades de pesca locais e no sofisticado conhecimento naturalístico que informa a tomada de decisões dos pescadores sobre em que lugar e quando pescar.

Primeiros passos da Pesquisa

No primeiro semestre de 2010, após a leitura de partes do livro *O Pensamento Complexo* do sociólogo francês Edgard Morim, eu optei por fazer a faculdade de Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Este livro me causou um grande impacto à época.

Sem saber ao certo o que era sociologia ou como eram os processos de realização de uma pesquisa sociológica, eu tinha em mente logo no início de meu curso participar de um grupo de pesquisa nessa área. Eu estava muito animado em aprender a ser ‘pesquisador’.

Tudo era novo e inclusive a própria construção do departamento de Ciências Sociais. Neste mesmo ano, o Instituto desempenhava um importante papel no processo de interiorização e expansões da Universidade Federal Fluminense. O período era de construção e consolidação de novos cursos, de grupos de pesquisa, de espaços institucionais de socialização e inserção de alunos na prática acadêmica etc.

Neste mesmo período, o professor Fábio Reis Mota ministrava a disciplina de Antropologia I, no qual apresentava de modo introdutório o universo conceitual e metodológico da teoria antropológica. Dois textos me chamaram a atenção: 1) a

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

introdução da obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski; 2) e o ensaio *Trabalho de campo*, de Roberto da Matta.

Esses dois textos só aumentaram minha curiosidade e desejo em participar das práticas de pesquisa que eram possíveis até aquele momento. No segundo mês de curso, aproveitando a apresentação e discussão dos textos, perguntei ao professor Fábio se haveria a possibilidade de minha participação como voluntário no grupo de pesquisa que ele orientava. Solícito, trocamos e-mails e a partir daí eu comecei a participar das reuniões do grupo.

As reuniões ocorriam semanalmente. Éramos orientados em nossas leituras de textos e discutíamos o projeto de pesquisa¹⁴⁵ que o professor Fábio propunha como mote norteador de nossas atividades. A participação neste espaço de socialização acadêmica foi de suma importância para a compreensão das práticas de pesquisas e do fazer antropológico e sociológico desde o início de minha formação.

O contexto de interiorização e expansão da Universidade dava um tom a mais as nossas acaloradas conversas. Somado a isso, estávamos curiosos e atentos a outro processo que a região Norte do Estado do Rio de Janeiro vinha sofrendo: as mudanças estruturais significativas em virtudes dos investimentos do setor petrolífero com a construção do Complexo do Porto do Açu no município de São João da Barra e no Farol/Barra do Furado. Tínhamos interesses em aprofundar a reflexão sobre a dinâmica local no que tange a políticas públicas de grandes empreendimentos que alteram significativamente a morfologia social, cultural e econômica de grupos sociais da região.

No final do mês de julho, o professor Fábio, ao ser contemplado com uma Bolsa PIBIC de Iniciação Científica, me ofereceu a possibilidade de ser o bolsista e assim poder realizar um trabalho de campo com ajuda de custo. Eu fiquei imensamente satisfeito, já que esta possibilidade me proporcionava duas coisas que eu mais desejava: 1) realizar um exercício de pesquisa etnográfica; 2) e custear o aluguel mensal da pensão em que eu morava.

¹⁴⁵ Do direito à diferença aos diferentes direitos: as mobilizações de populações tradicionais e suas demandas de direitos e reconhecimento no Estado do Rio de Janeiro.

O lugar: Farol de São Tomé

Após acertarmos a entrega dos documentos e a assinatura do termo de compromisso, começamos a definir o planejamento das atividades a serem realizadas no âmbito da mesma. Atentos às injunções de mudanças que a região vinha enfrentando, me foi sugerido realizar o trabalho de campo junto aos pescadores do distrito de Farol de São Tomé, localizado a 54 km do centro de Campos dos Goytacazes, devido às especificidades que poderiam ser vislumbradas.

Com aproximadamente 18 km de praia, que vai do oeste a leste, situado a 54 km de distância do centro de Campos dos Goytacazes, o Farol de São Tomé apresenta-se como um lugar confuso e exuberante. A existência local, como bem observara o historiador campista Roberto Lamago, parece uma incógnita ao visitante.

Nela, localiza-se um significativo grupo de pescadores tradicionais que se dedicam à pesca artesanal. Tal grupo encontra-se, em sua maioria, cadastrados na colônia de pescadores Z-19 e divididos em dois grupos: os que pescam no Porto da Areia e os que pescam na Barra do Furado. Segundo Kant de Lima (1997, p. 35), estes espaços delimitam a própria atividade de pesca e são parte de um complexo sistema de regras que ordena a captura das espécies. Vale destacar, que a pesca é a principal atividade econômica local, no qual estão inseridos homens, que atuam diretamente em funções específicas, e mulheres que atuam na função de limpeza do pescado.

No que se refere à organização da pesca local, esta mantém um sofisticado sistema de relações sociais altamente hierarquizadas, de caráter interno e externo: no primeiro caso, como as mantidas com vendedores de diesel, mestres de pescaria, etc., e no segundo caso, como as mantidas com os compradores de outros estados, representantes das empresas petrolíferas locais e agentes de órgãos governamentais que regulam e fiscalizam as atividades de pesca.



Saberes e conflitos

Tempo e espaço são conceitos que com o advento da modernidade foram reconfigurados pelo Ocidente. O tempo, uma idealização que baliza tudo o que se entende como o social, que o modela, que determina seu ritmo e que estrutura a organização do trabalho. O espaço, como dizia Lefebvre, morada do homem destituído de toda neutralidade. Nele se traduz as regras construídas para a ordenação das relações sociais efetivadas no seu uso, configurando a posição e oposição entre as identidades.

Com isso, novas temporalidades e novos espaços surgem, neste, não mais existindo a dicotomia homem (cultura) e natureza. O espaço agora inclui ambos, onde em alguns casos, a natureza deve ser preservada idílica excluindo a própria existência humana. Além disso, seu uso serve a políticas econômicas com perspectivas, lógicas e princípios mais variados, sendo partilhado e apropriado por grupos que possuem maior hegemonia política.

Desse modo, a nova maneira de como o espaço é concebido pelo Poder Público, ONGs, movimentos sociais e setores da sociedade civil, faz surgir novos dilemas, conflitos e paradoxos.

No Farol de São Tomé, os conflitos existentes encontram-se inscritos no quadro acima, em que tradição e mudança se encontram face a face. Vale destacar, que a atmosfera de conflitos adquire sentido pelos atores locais em sua condição cultural e de modo não universal – os significados atribuídos aos conflitos pelos atores são de caráter diversificado.

Os conflitos locais encontram-se balizados por interesses, projetos e perspectivas distintas ligadas à produção, em que o saber ou conjuntos de conhecimentos teóricos e técnicos constituem-se um fator importantíssimo para a manutenção e continuidade da atividade pesqueira. Ou seja, o processo de produção implica estratégias de exploração e apropriação que por sua vez exige saberes ou conhecimentos teóricos construídos culturalmente. Trata-se, portanto, de um conhecimento, empírico, que se funda num sofisticado conjunto de categorizações e observações sobre o modo como os recursos naturais renováveis se reproduzem.

O saber tradicional/naturalístico se configura como uma “ciência do concreto” nos termos de Lévi-Strauss, que orienta a prática produtiva dos pescadores locais, cujos sistemas não são menos reais; o saber técnico refere-se à “ciência moderna” que orienta a prática produtiva das empresas que realizam atividades petrolíferas na Bacia de Campos e a gramática jurídica referente à instituição do Defeso. Tanto o primeiro,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

quanto o segundo, são conhecimentos da natureza diferenciados, sendo construídos segundo os significados culturais no qual se insere.

Ao se analisar ambos saberes, nota-se logo de imediato que cada um supõe uma objetividade ativa e metódica, um querer saber estruturado que se consubstancia em regras técnicas que ao serem respeitadas condicionam seu êxito (KANTE DE LIMA, 1998, p.).

No que tange ao saber tradicional/naturalístico, os pescadores em sua atividade deparam-se constantemente com a imprevisibilidade, pois as condições objetivas que estão submetidas às espécies, seu objeto por excelência, e suas formas de se reproduzir fogem de seu controle. Assim, a própria modalidade de pesca condiciona um esquema particularizado de produção do conhecimento.

Tal saber requer uma curiosidade que se transfigura numa verdadeira posição intelectual, que aproveita o arcabouço do aprendizado adquirido ao longo das gerações, fundando um conhecimento que é nutrido pela observação sistemática de circunstâncias concretas vivenciadas.

Sua interpretação cognitiva da realidade não passa de uma construção dinâmica que se realiza na própria dinâmica da pesca. Como exemplo, temos a classificação da distância dos pesqueiros em relação à praia e as espécies que cada um deles corresponde. Qualquer pescador do Farol de São Tomé munido de GPS saberá com eficiência quantas milhas será necessário percorrer para se capturar camarão da espécie sete-barba (*Xiphopenaeus kroyeri*) ou barba ruça (*artemesia longinaris*). Qual dia devido ao tipo de vento se pode realizar a pesca ou não. Saberá que no inverno a pescadinha “viaja” para o município de Macaé e desaparece do Farol. Saberá com a temperatura da água o mês em que cada espécie se reproduz.

Portanto, o saber tradicional é um sistema de reflexão e conhecimento prático do comportamento das comunidades marinhas que se configuram objeto de trabalho das diferentes modalidades de pesca sobre condições locais. Seguramente os pescadores do Farol de São Tomé conhecem a dinâmica dos recursos naturais renováveis da área que habitualmente pescam. Trata-se de um conhecimento especializado do local.

Como reflexão e conhecimento prático, converte-se em um “inventário” de fatos naturais que os abarca em uma linguagem simbólica; sua sistematização se baseia em signos engendrados na própria dinâmica da cultura. Sua reprodução e transmissão carregam em si sentimentos sensíveis, crenças e valores que se manifestam nas próprias relações sociais que a pesca constrói.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Em paralelo, o saber técnico pressupõe uma objetividade sistemática que se constrói com certo distanciamento da realidade que se deseja conhecer. Sua forma de abstração está balizada por uma posição que ressalta o todo e que busca pensar as particularidades existentes. Desse modo, sua linguagem busca abstrair a dimensão simbólica, correspondendo a uma proliferação conceitual, “uma atenção mais firme em relação às propriedades do real, a um interesse mais desperto para as distinções que aí possam ser introduzidas” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.). Com isso cria-se a ilusão da “objetividade científica”.

No entanto, do mesmo modo que o saber tradicional, o conhecimento técnico científico também possui suas crenças e valores que se manifestam na dinâmica das relações sociais. O progresso, o desenvolvimento, sustentável ou não, a busca de uma previsibilidade, tecnologia, eficácia, em síntese, uma sistematização pautada por um princípio cultural, ocidental e iluminista, que é a utilidade prática.

Vale ressaltar ainda, que ambos são legitimados e deslegitimados socialmente. O saber técnico se vale de uma postura de que os modelos teóricos “bem mais elaborados” possuem uma “cientificidade maior” se comparado aos modelos “simbólicos” do saber tradicional. Nesse sentido, há uma relação assimétrica entre o saber técnico e o saber tradicional.

No caso brasileiro, essa assimetria se acentua diante do forte viés hierárquico e desigual que informa a nossa compreensão sobre o conhecimento, evidenciando que a natureza dos conflitos entre o saber técnico e o conhecimento tradicional adquire forma e sentido de acordo com o contexto social e cultural. Essa concepção hierárquica tem implicações, ainda, na concepção relativa à noção sobre o espaço público, nesse caso o mar, que é concebido como um lugar de todos, mas comumente apropriado particularizadamente pelos que detêm maior legitimidade social, econômica, política e simbólica.

Nesse sentido, os conhecimentos técnicos que cada grupo, pescadores artesanais e empresas ligadas ao desenvolvimento de atividades petrolíferas, detêm em algumas circunstâncias se chocam face à incomunicabilidade imposta por essa perspectiva hierárquica e desigual presente em nossa cultura política, jurídica e moral.

Os conflitos no Farol de São Tomé emergem dessa incomunicabilidade de saberes, ou melhor, das diferenças de orientação ou ação que ambos oferecem na realização da atividade produtiva dos respectivos grupos locais. Essa situação cria uma barreira dialógica entre os grupos que notoriamente demonstra-nos não somente uma

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

assimetria entre saberes, mas entre demandas econômicas, identidades e membros que compõe a sociedade civil.

Isto pode ser percebido nos conflitos existentes entre os pescadores e o IBAMA, no que diz respeito ao Defeso, paralisação da pesca por um período de meses com objetivo de assegurar os ciclos de reprodução da ictiofauna por lei.

O ponto de vista jurídico considera somente como legítimo o saber técnico científico que informa as tomadas de decisões dos órgãos fiscalizadores. Na comunidade do Farol de São Tomé o Defeso se apresenta como algo ineficaz e válido somente em sua dimensão jurídica. Para os pescadores, a data determinada como sendo para reprodução pelo IBAMA não corresponde; segundo o pescador Marcos, 49 anos: “o pessoal do IBAMA determinou o período do Defeso, mas a data não está muito certa; eles determinaram e nem nos procurou para dialogar nada. Pocha desde criança que trabalho nesse marzão e ninguém vêm conversar!”

Em contrapartida, há pescadores que concordam com o período determinado por Lei, mas que devido ao valor do seguro não sustentar as despesas familiares continuam pescando normalmente.

Tal situação possibilita a emergência de conflitos, invisibilizando uma incorporação, por parte dos pescadores, das regras formuladas pelo Estado. Por ser considerado crime ambiental, muitos pescadores, que lançam mão do conhecimento acerca dos ciclos de reprodução das espécies naquele local, se vêem em situações delicadas com a apreensão dos peixes e mesmo da prisão de alguns companheiros.

O discurso de legitimação da pesca por parte dos nativos nesse período é a aceitação de seu conhecimento sobre o mar como uma variante válida. As vozes desse grupo alegam que os pescadores sabem sobre mar assim como os biólogos.

O Estado é percebido como algo abstrato cuja eficiência é posta em dúvida. No tocante a regulamentação da pesca, ressalta uma total desconsideração pelo saber tradicional local sobre a reprodução e desenvolvimento da ictiofauna.

Na prática, a atmosfera de conflituosidade referente ao Defeso se dá tanto mais no descontentamento dos pescadores locais por não poderem participar do processo decisório do que as punições estabelecidas por lei.

“O defeso é temporário... o que nós desejamos é ter voz, poder participar do processo de paralisação. Se os pescadores fossem unidos, poderíamos juntos com o Governo determinar realmente o período certo do Defeso. Poderíamos separar três a

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

quatro pescadores para observar e dizer que mês tal espécie de camarão está se reproduzindo”.

Como se vê, a relação diacrítica entre o saber tradicional/naturalístico é percebido pelos próprios atores locais. O desejo de ser ter voz expressa o dilema da concepção de subalternidade do saber tradicional em comparação ao técnico científico que baliza a gramática jurídica.

Interessado em saber como se dava a relação entre os fiscais do IBAMA com grupo de pescadores, relataram-me que todos chegam de “surpresa para dar o bote, Campos inteiro sabe que a pesca corre solta”.

Como numa relação diacrítica, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Os fiscais caracterizados sempre como do IBAMA, podendo ser também de instancias municipais, lançam mão de uma postura que afirma a gramática jurídica que regulamenta a pesca não importando o quanto ela não encontre respaldo nas práticas sociais. A solução para se restabelecer a ordem e as hierarquias tão bem relacionáveis entre si se efetiva com a conciliação mútua dos conflitos.

Petrobras e Porto do Açu

No que tange a atuação da Petrobras e das obras do complexo do Açu, destaco duas situações que os atores locais explicitavam constantemente nas interlocuções estabelecidas com o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira situação diz respeito à interferência ativa da Petrobras na dinâmica da pesca local. A imagem da Petrobras entre os pescadores locais em todas as abordagens carrega em seu discurso um forte sentimento negativo.

“A vinda da Petrobras significou a derrota do Farol; ela só trás aporrinhão para a vida do pescador. Ela é maldita... mata os pescados, os berçários, tartarugas e depois vem ensinar com a cara mais limpa para nós sobre biodiversidade”.

A incógnita local recai sobre o duplo caráter de sua atuação, ora enfatizando a necessidade de um desenvolvimento sustentável ora pouco se importando com ele quando se refere a otimização da atividade petrolífera na região.

Outro ponto a destacar são os impactos que as atividades de perfuração de poços para a descoberta de novos campos petrolíferos:

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“Ao perfurarem os poços para descobrirem petróleo ela (Petrobras) suja tudo com o minério, este pó afunda e nas localidades dos berçários atrapalha a reprodução do camarão”.

Neste ponto os pescadores mais antigos não deixavam de reiterar e conscientizar os demais pescadores acerca do “perigo” que a pesca enfrenta, segundo o pescador João, 56 anos:

“os trabalhos que a Petrobras faz aqui no Farol tem afetado a vida marinha. Os pesqueiros têm migrado para regiões mais distantes e os berçários estão sendo destruídos. Se as coisas continuarem assim, a pesca pode acabar”.

Os conflitos se agravam ainda mais, pois a Colônia Z-19 é, vista em parte, como “amiga da Petrobras”. Nas interlocuções os atores buscavam demonstrar que há um clientelismo entre a atual direção e setores da Petrobras.

A segunda situação a destacar diz respeito à construção do Complexo do Açú no município de São João da Barra. Neste caso, a problemática concentra-se nos impactos ocasionados em dois períodos: no período de construção, como a destruição das localidades de reprodução e desenvolvimento do camarão, e no período de efetivação das atividades que poderá levar a uma total reorganização dos pesqueiros e conseqüentemente da pesca.

Tradicionalidade e demandas de direitos

Os atores locais ao depararem com o processo de reorganização dos espaços de pesca afirmam que “o mar está sendo loteado, onde o pescador fica com os lotes mais inferiores e sem peixe para pescar”. Tal situação faz com que os espaços sejam delimitados e proibidos para atividades de pesca, pela localização das plataformas, pelo tráfego de embarcações de grande porte, etc., e, por conseguinte, reorganize os locais comuns para a realização da pesca. Isso é percebido paulatinamente pelas campanhas, que para conseguirem capturar o pescado se afastam cada vez mais da costa da praia.

A categoria de pesca “artesanal” e/ou “tradicional” é desse modo, reconhecida em oposição à pesca industrial e considerada sempre posta em risco, ou seja, são devido às circunstâncias vivenciadas na região passíveis de se perderem:

“A pesca no Farol está ameaçada com essas inovações e intromissões na vida dos pescadores; o mar é loteado, podemos pescar aqui, mas não ali; é a plataforma, são os barcos grandes, é a mudança das localidades dos pesqueiros... com essas mudanças todas teremos que mudar nosso jeito de pescar”.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

As mudanças advindas com as atividades ligadas ao petróleo obrigam os atores a reformularem seus próprios conhecimentos locais acerca de como pescar. Impactos que levam a verificação e reelaboração do saber naturalístico local que implicam a construções sofisticadas para se ajustar as novas configurações do uso público do mar.

A tradicionalidade nesse contexto, apesar de ser percebida como algo em risco face às mudanças é apropriada como dispositivo simbólico e político. Nas situações de resistências, ela se faz presente nos discursos, seja nas denúncias à imprensa local, à marinha, nos departamentos de ouvidoria das empresas ou nas medidas mitigadoras das atividades petrolíferas na região.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. (Organizador). Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BRITO, Rosyan Campos de Caldas. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Niterói: EdUFF, 1999.
- DA MATTA, Roberto. Quanto custa ser índio no Brasil. In: Dados. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 13, 1976.
- KANT DE LIMA, Roberto e PEREIRA, Luciana. Pescadores de Itaipu. Niterói: EdUFF, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claud. A Ciência do concreto. In: O pensamento selvagem. Tradução: Tânia Pellegrini. São Paulo: Ed. Papyrus, 1989. P. 15 a 49.
- LOBÃO, Ronaldo. Reservas Extrativistas Marinhas: Uma reforma agrária no mar?. Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de mestre, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental, um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Ed Abril Cultural, 1976.
- MARSHAL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MOTA, Fabio Reis. Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês. In: Dilemas- Revista de estudos de conflitos e controle social. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, vol. 2, nº4, 1999.